
Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

Precarious education and closure of a rural school in the micro-region of the Bico do Papagaio, state of Tocantins

Yonara Laize Rocha Cruz
Cícero da Silva

Universidade Federal do Tocantins – UFT
Tocantinópolis – Tocantins – Brasil

Resumo

O fechamento de escolas tem sido recorrente nas comunidades rurais brasileiras desde meados do século XX. Com base no disposto previsto na Lei 12.960/2014, neste artigo, investigou-se o processo de fechamento da Escola Municipal São Sebastião, situada em uma comunidade rural do município de Tocantinópolis-TO, Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso. Os dados da pesquisa incluem entrevistas semiestruturadas com atores sociais da comunidade (seis ex-professores, seis ex-estudantes da escola, seis pais de alunos e Secretária de Educação do município), além de documentos da escola-campo. Os resultados mostraram que, primeiramente, a unidade de ensino foi fechada oficialmente por ter infraestrutura precária e estar edificada em local inapropriado. Em seguida, mesmo com a transferência para outro prédio, pelo contrário, o ensino para as crianças nas novas instalações da escola passou a ser ofertado em uma única sala de aula, suportando alunos de jardim I e II, e 1º ano ao 5º ano em um único turno (matutino), havendo assim uma precarização do ensino na comunidade. Em decorrência disso, os pais não vendo desenvolvimento de seus filhos, decidem transferi-los para estudar em escolas situadas na área urbana da cidade, culminando com o fechamento definitivo da instituição.

Palavras-chave: Ensino; Fechamento de escola; Educação do Campo.

Abstract

The closure of schools has been recurrent in Brazilian rural communities since the mid-20th century. Based on the provisions of Law 12.960/2014, this article investigated the closure process of the São Sebastião Municipal School, located in a rural community in the municipality of Tocantinópolis-TO, Brazil. This is a qualitative research, characterized as a case study. The survey data includes semi-structured interviews with community social actors (six former teachers, six former school students, six student parents and the municipality's Secretary of Education), as well as school-field documents. The results showed that, first, the teaching unit was officially closed due to its precarious infrastructure and be built in an inappropriate place. Then, even with the transfer to another building, on the contrary, the teaching for children in the new school facilities began to be offered in a single classroom, supporting garden students I and II, and 1st year to 5th year in a single (morning) shift, thus causing a precariousness of teaching in the community. As a result, parents do not see development of their children, decide to transfer them to study in schools located in the urban area of the city, culminating in the definitive closure of the institution.

Keywords: Teaching; School closure; Rural Education.

Introdução

A Educação do Campo nasce das diferentes lutas empreendidas ao longo de várias décadas pelos movimentos sociais que representam os camponeses, a exemplo da mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da década de 1980, embora até hoje tais movimentos estejam em busca de políticas públicas que garantam uma educação de qualidade e que contemple os anseios de formação dos povos do campo. Ademais, uma ferramenta importante para os camponeses é quando estes possuem uma escola dentro de sua própria comunidade. A escola é, não só, a principal agência de letramento da comunidade, mas também o espaço onde ocorrem diferentes atividades artístico-culturais e comunitárias (CARDOSO FILHO; SILVA, 2017).

Apesar disso, o fechamento de escolas tem sido comum nas áreas rurais desde meados do século XX no Brasil e precisamos compreender os reais motivos que levam as autoridades a fecharem tais escolas (LIMA; SILVA, 2015). Isso parece ser dúbio para muitos camponeses que lutam por uma educação que seja no/do campo, que valorize os saberes, a cultura e a realidade social do campo nos processos formativos.

Assim, com base no disposto previsto na Lei 12.960/2014 (BRASIL, 2014), que estabelece novas diretrizes para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, o propósito deste artigo é investigar e compreender o(s) motivo(s) e o processo que levaram o poder público a transferir a Escola Municipal São Sebastião do povoado Pedro Isaias para o povoado Chapadinha, município de Tocantinópolis-TO – microrregião do Bico do Papagaio, fechando-a definitivamente em 2015. Cabe-nos ressaltar que este trabalho integra uma pesquisa¹ mais ampla (CRUZ, 2018) vinculada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes e Música da Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis.

Na pesquisa, buscamos compreender se ocorreu a participação da comunidade nas discussões do fechamento da referida unidade escolar, conforme previsto na Lei nº 12.960/2014. Por ser uma pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, os dados são constituídos de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores sociais da comunidade, sendo: seis ex-professores, seis ex-estudantes da unidade escolar, seis pais dos

alunos e a Secretária de Educação do município. Também foram coletados documentos da escola-campo, como dois Projetos Político-Pedagógicos.

O trabalho está estruturado em duas partes. A primeira traz a introdução e uma síntese da contextualização histórica da Educação do Campo, apresentando brevemente como foi esse processo de lutas e conquistas para efetivação de uma modalidade específica de educação para a população camponesa, bem como a escola multisseriada. Já a segunda parte apresenta os aspectos metodológicos da pesquisa, a caracterização do local de estudo e as análises e discussão dos dados. Ao final, apresentamos algumas considerações.

Uma breve contextualização histórica da Educação do Campo

Até as primeiras décadas do século XX, a educação no Brasil era acessível a poucas pessoas e, principalmente no espaço rural, a população ficou sempre à margem do processo educacional, reforçando que o país não mostrou empenho em construir um sistema educacional que fosse capaz de atender as necessidades da população camponesa. Embora em 15 de outubro de 1827 a primeira lei nacional oficialize que “[...] Em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (BRASIL, 2015 apud LIMA; SILVA, 2015 p. 243), percebe-se que a população camponesa não foi sequer mencionada, pois o acesso à educação era restrito à população urbana.

Assim, os debates no seio dos movimentos sociais em defesa de uma educação digna para os povos do campo vêm se arrastando há décadas no Brasil. Em seu estudo, Santos (2018, p. 78) ressalta que

Os avanços ocorridos na educação do campo são frutos da resistência organizada das populações por meio das práticas de formação política e das lutas deflagradas pelos movimentos sociais. Ao longo de décadas, resistem às inúmeras situações de dominação, provocam ações e pressionam governos na implementação de diretrizes, normas, orientações e políticas públicas que atendam aos anseios e demandas dos trabalhadores do campo.

Aos poucos, os movimentos sociais vão ganhando força dentro deste cenário das políticas públicas, organizando-se em julho de 1997 o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA). Esse evento foi promovido pelo MST, pela CNBB, Unb, UNESCO e pelo UNICEF (KOLLING; CERIOLE; CALDART 2002). O I ENERA foi de extrema importância para discutir os principais desafios que os movimentos sociais

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

enfrentavam para buscar melhoria das condições da Educação do Campo e sua consolidação dentro do cenário educacional brasileiro.

Em seguida, realizou-se a “I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo”, em Luziânia-GO, de 27 a 31 de julho de 1998, a qual contou com a participação dos movimentos sociais juntamente com professores e pesquisadores. Nessa conferência, propôs-se questionar ações sobre o ensino que o poder público estava destinando para a população camponesa, caracterizado por implementar um ensino urbanocêntrico dentro do espaço rural, desvalorizando a identidade e a realidade dos camponeses.

Depois de intensas lutas, a Educação do Campo passa a ter diretrizes específicas e a integrar as políticas públicas por meio de legislação específica, a exemplo da Resolução do CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008) e o Decreto Presidencial nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010). Apesar de ter sido tardio esse aparato legal, Lima e Silva (2015, p. 242) afirmam que:

A partir daí ocorre a concretização de algumas conquistas dos movimentos sociais no tocante à Educação do campo, como a implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERAⁱⁱ) e, principalmente, a criação de uma legislação que reconhece a necessidade e possibilita a implementação de escolas que ofereçam à população camponesa, de fato, uma formação com base nos princípios da Educação do Campo.

É importante lembrar que a expressão Educação do Campo “[...] surge a partir das discussões do seminário nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional realizada em julho de 2004” (CALDART, 2012, p. 257). Foi neste espaço que os movimentos sociais se encontraram para discutir um tipo de conceito de educação que representasse suas lutas, culturas, identidades e valores, uma educação que seja firmada “NO” e “DO” campo:

Assim, compreende-se: No – porque as pessoas têm direito a ser educadas no lugar onde elas vivem, convivem com seus familiares; Do – explica-se pelo fato de que os camponeses têm direito a uma educação pensada sob a ótica das demandas da comunidade local e com a sua participação, vinculada à sua cultura, saberes e às suas necessidades humanas e sociais. (SILVA, 2018, p. 55).

A Educação do Campo eclode sedimentada por pensamentos que visam a respeitar o lugar, as necessidades culturais e dar o direito de acesso ao camponês a uma educação planejada de acordo com a suas necessidades humanas e sociais.

Antes dos movimentos sociais buscarem seus direitos, o tipo de educação que era oferecido à população camponesa era uma educação rural, pois a mesma existia desde 1889, logo após a Proclamação da República e foi implantada exclusivamente para atender estudantes das áreas rurais que não tinham como se deslocar para a cidade em busca de formação. Caracteriza-se por ser uma educação “meio rasa”, pois visava apenas ensinar a ler, escrever e fazer contas com as operações básicas. Não possuía professores capacitados, as salas eram multisseriadas e apenas um professor tinha de atender alunos de séries e idades diferentes (COSTA; CABRAL, 2016; CARDOSO FILHO; SILVA, 2017).

Diante deste cenário de lutas e conquistas pelos movimentos sociais que buscam uma pedagogia que realmente respeite e vá de encontro com suas ideias e práticas que são vivenciadas pelos sujeitos que vivem no/do campo, surge a dicotomia entre os termos educação rural e Educação do Campo, termos que se diferenciam pelo tipo de educação ofertado aos camponeses, pois

A Educação Rural se constitui em um mecanismo de subordinação e de alienação, bem como de propagação desse poder, enquanto, na Educação do Campo, a referência está no protagonismo dos camponeses, na conscientização do ser humano e na sua formação como um todo, rompendo com as ideologias dominantes. (COSTA; CABRAL, 2016, p. 182).

Observa-se que a educação rural e a Educação do Campo apresentam/possuem concepções educacionais diferentes, sendo que a Educação do Campo é uma proposta consagrada por diversos movimentos sociais ligados ao campo, provinda da necessidade de “romper” com o modelo educacional rural até então vigente. No que se refere ainda à educação rural, ela não leva em consideração a cultura local dos atores sociais assistidos nos processos formativos, seu currículo não contempla a realidade local e por isso tem-se um ensino deficiente.

Para a Educação Rural, é imposto o paradigma da escola urbana, na qual os conteúdos em nada se relacionam com o contexto e com os conhecimentos dos camponeses, seus saberes são descartados e desvalorizados no âmbito social, cultural, histórico e econômico, invalidando, ocultando e silenciando os conhecimentos construídos nas relações socioculturais e impondo um conhecimento dito universal. (COSTA; CABRAL, 2016, p. 185).

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

Diferentemente da Educação Rural, com a Educação do Campo a escola é pensado especialmente com/para aqueles que habitam as localidades do campo. A escola do campo não é um tipo diferente de escola, mas sim uma escola formulada para atender as necessidades dos camponeses, reconhecendo e valorizando seus saberes, sua identidade cultural, seu jeito, sua história, seu trabalho, assim como suas lutas (CALDART, 2012; LIMA; SILVA, 2015). Nesse sentido, o espaço escolar é um espaço de formação social, individual e política. Logo, para os camponeses a educação é um espaço de luta e resistência, tendo a função de socializar os saberes.

Contudo, a Educação do Campo tem passado por lutas para poder ocupar seu espaço e ser valorizada. Por dialogar com o tema de nossa pesquisa, atentemo-nos para um caso específico de nuclearização de escolas rurais ocorrido no município de Éneas Marques, no estado do Paraná entre as décadas de 1960-1990 (NURMBERG; CASTANHA; 2017). A nuclearização, de acordo com os autores, está atrelada ao processo de industrialização, modernização da agricultura e êxodo rural no Brasil.

A nuclearização retirou as escolas do campo, levando os alunos para a cidade, o que dificultou ainda mais a aprendizagem, visto que cada localidade tem seus costumes e ao saírem do seu lugar de origem os educandos não tiveram mais contato com a sua realidade, prejudicando assim o aprendizado (NURMBERG; CASTANHA, 2017). Ainda segundo os autores, a implantação da nuclearização em Éneas Marques-PR na verdade foi uma maneira pela qual a prefeitura do município encontrou para diminuir os gastos e para isso o alvo só poderia ser a educação dos camponeses.

Para o poder público, isso implica em dizer que na medida em que as pessoas saem do campo rumo às cidades e a quantidade de crianças que precisam da escola no campo diminui o número baixo de crianças matriculadas justifica o fechamento das escolas. Não muito diferente, veremos que isso também é semelhante ao que ocorreu na escola em que desenvolvemos nossa pesquisa no município de Tocantinópolis, estado do Tocantins. Como o foco de nossa pesquisa é a precarização da educação e fechamento da escola, investigamos os reais motivos que ocasionaram o fechamento de tal unidade de ensino.

Salas multisseriadas: concepções e desafios

A escola multisseriada tem sua origem desde o início de nossa colonização, época em que os responsáveis pela escolarização no Brasil eram os jesuítas. Esse modelo de escola/sala de aula é comum ainda hoje nas escolas situadas nas áreas rurais. As salas multisseriadas têm como premissa comportar vários alunos, sendo estes de séries/níveis diferentes, porém existe apenas um professor para ministrar as aulas. Nessas condições, o professor enfrenta uma tarefa muito árdua, pois ele deve desenvolver atividades para cada série, o que dificulta ainda mais o trabalho docente. Para Arroyo (2010, p.10):

A escola multisseriada pensada na pré-história de nosso sistema escolar; vista como distante do paradigma curricular moderno, urbano, seriado, vista como distante do padrão de qualidade pelos resultados das avaliações, pela baixa qualificação dos professores, pela falta de condições materiais e didáticas, pela complexidade do exercício da docência em classe multisseriada, pelo atraso da formação escolar dos sujeitos do campo em comparação com aquela da cidade.

O que podemos perceber é que a escola multisseriada não detém de boa infraestrutura e qualidade, pois o que presenciamos é justamente falta de apoio e recursos que poderiam ser destinados a esse tipo de escola, tendo em vista que somos um país em que milhões de pessoas vivem e/ou trabalham no campo e nossas origens também advêm desse contexto. Apesar desse tipo de problema, as classes multisseriadas propiciam uma grande socialização, seja na transmissão de conhecimento, seja na interação dos indivíduos, pois como convivem no mesmo espaço, as vivências vão sendo compartilhadas.

Outro aspecto que nos chama a atenção é que as salas multisseriadas são basicamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para que possam cursar os anos subsequentes e dar continuidade à formação, os estudantes camponeses necessitam deslocar de suas comunidades para os centros urbanos, pois na atual conjuntura brasileira existe um pequeno número de escolas no campo e muitas já foram fechadas, como é o caso da escola que estamos analisando neste trabalho. Além disso, a qualificação dos professores também é outro problema nas escolas do campo, que em sua grande maioria não estão aptos a exercer a docência, fator este que contribui para a má qualidade da educação oferecida. Ao lado disso, as salas multisseriadas superlotadas ampliam o problema enfrentado pelos professores. Portanto, esses problemas são reflexos da inexistência de uma política pública eficiente voltada ao fortalecimento da Educação do Campo no Brasil.

Metodologia da Pesquisa

A pesquisa é caracterizada como um Estudo de Caso, que compreende uma forma de estudo amplo, profundo e detalhado de forma particular de um único objeto de investigação, neste caso, o processo de fechamento da Escola Municipal São Sebastião, localizada na área rural do município de Tocantinópolis-TO. Gil (1991, p. 58) reforça que “[...] estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”. Para tanto, o pesquisador utiliza deste método para entender a soma total do caso que está pesquisando, levando-se em consideração todas as informações coletadas.

O *corpus* da pesquisa é constituído de entrevistas semiestruturadas com atores sociais da comunidade, sendo: seis ex-professores, seis ex-estudantes da unidade escolar, seis pais dos alunos e a Secretária de educação do município, totalizando dezenove participantes. Para coleta de dados, também utilizamos o método da pesquisa documental, o qual possibilitou acessar as fontes e documentos necessários para obtenção de dados da escola-campo, principalmente, os dois Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos anos de 2008 e 2012, os quais trazem informações importantes a respeito da unidade de ensino pesquisada.

Lócus da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de Tocantinópolis, situado no norte do estado do Tocantins, em uma região conhecida como Bico do Papagaio. Essa cidade possui 160 anos de emancipação e tem uma população de aproximadamente 22.619 habitantes, segundo dados do Censo 2010 do IBGE. A área territorial do município é de 1.077,073 km². Boa parte do território do município integra a terra dos indígenas Apinayé. O objeto de estudo foi a Escola Municipal São Sebastião, localizada na área rural à aproximadamente 15 km de distância da sede do município de Tocantinópolis-TO. Esta localidade é banhada pelos povoados: Pedro Isaias, Chapadinha, Cobanco, Cai N’água, Aldeia divisa e Ceorta e a população local é de cerca de 450 pessoas. A comunidade é composta, sobretudo, por pessoas do grupo de vulnerabilidade social, que vivem basicamente da quebra de coco

babaçu e da agricultura familiar, além de uma minoria pertencente à classe média, que são os grandes fazendeiros agropecuaristas criadores de gado.

Análise e discussão de dados

Processo de mudança da Escola Municipal São Sebastião do Povoado Pedro Isaias para o Povoado Chapadinha

Os anos foram se passando e a estrutura precária da Escola Municipal São Sebastião não estava agradando aos professores, moradores e estudantes. Por isso, no ano de 2012 a Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis, por meio de sua equipe pedagógica, avalia e conclui que a escola não tinha mais possibilidades de funcionar naquele local devido não dispor de uma estrutura apropriada para ser um ambiente escolar. No geral, as gestoras declararam que a mudança ocorreu pelos seguintes motivos:

***Professor Cⁱⁱⁱ:** A Escola Municipal São Sebastião localizada no Povoado Pedro Isaias estava em local de propriedade privada no terreno de seu “Pedro Isaias”, não tendo documento legalizado para o reconhecimento da escola, pois sabemos que “faça chuva ou faça sol cada macaco em seu galho”, expressão cultural mesmo (“risos”) e “tudo que não é em um lugar próprio um dia pode ter um fim”. E aí a Prefeitura decidiu comprar um terreno no povoado Chapadinha e fazer a construção do novo prédio, havendo essa transferência.*

Ao observarmos a fala desta entrevistada, nota-se que o prédio escolar apresentava vários motivos para ser fechado e a escola transferida, pois, primeiramente, a escola estava em uma propriedade privada e não tinha nenhum tipo de documento legal que comprovasse que o imóvel era um patrimônio da comunidade. Além desse problema, as crianças que ali estudavam corriam risco de acidente, pois a escola não tinha segurança suficiente para atender os alunos de Jardim I e II, e 1º ano ao 4º ano do Ensino Fundamental devido não ser murada. Animais (bovinos, equinos) andavam livremente dentro do terreno da escola, o local possuía muitas pedras e as crianças poderiam cair e se machucar; não havia espaço na escola para instalar um parquinho de recreação e organizar eventos; à vista da escola há um ribeirão que passa a aproximadamente 500 metros.

Contudo, para a transferência da unidade de ensino focalizada de um local para o outro foi realizada uma reunião com todos os funcionários da escola (professores, diretores, zeladora, merendeira) e a comunidade (alunos e seus responsáveis), sendo que a referida reunião teria ocorrido em abril de 2012 para que a Secretaria Municipal de Educação de

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

Tocantinópolis pudesse expor os principais motivos que levaram a escola a ser transferida para outro lugar. Em relação à reunião, a Secretária Municipal de Educação e um dos pais de aluno que participaram da decisão afirmam:

Secretária A: *Marcamos uma reunião imediatamente com toda a equipe que dirige essa escola e com os pais e alunos que estudavam neste local, perguntando a eles se os mesmos aceitavam ocorrer uma transferência de uma escola para outra que a mesma ia mudar só de endereço e o nome ia continuar o mesmo, onde abordamos os principais riscos que as crianças passam nessa escola, e que não adiantava reformar o prédio sem o lugar ser legalizado, pois tinha que estar em um lugar “documentado”.*

Responsável A (Pai): *Alguns pais de cada educando entraram em acordo apontando que seria melhor construir uma escola no local plano e apropriado e bem planejada, e com segurança para os nossos filhos estudarem. Outros não gostaram da ideia devido à escola ser construída no final da comunidade e ser um lugar muito longe e o deslocamento seria a mesma distância da zona urbana. Pois só ficou os alunos estudando no atual prédio, os alunos que morava lá na comunidade Chapadinha.*

Com base na fala do Responsável A, notamos que alguns responsáveis (pais) concordaram com a transferência da escola para outra localidade, mesmo sendo mais distante e a estrada não ser pavimentada, já que seria um local seguro para os seus filhos estudarem. Outros não gostaram da decisão tomada pelo poder público, devido à maioria dos alunos que estudava nessa escola do povoado Pedro Isaias morar perto da escola e, com isso, os pais relataram que ficaria mais fácil seus filhos irem estudar na escola localizada na cidade do que na comunidade. Como veremos na próxima seção, a mudança da escola para as novas instalações em outra comunidade causou a precarização do ensino.

A precarização da educação na comunidade e fechamento da Escola Municipal São Sebastião

Com a perspectiva de fortalecer e consolidar o aparato legal que normatiza a política pública de Educação do Campo em nosso país, no dia 4 de novembro de 2010, o presidente Lula assinou o Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a política de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, política essa que, apesar de toda sua significância e abrangência no cenário nacional, vem sofrendo muitas restrições atualmente por parte dos setores públicos responsáveis e da União. Esse decreto assegura que:

[...] a Educação do Campo deve se concretizar “mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo”. (BRASIL, 2010, § 4º).

Nesse sentido, o documento em questão assegura que a Educação do Campo deve ser considerada conforme suas especificidades, garantindo infraestrutura, laboratórios, equipamentos etc. que possam oferecer uma educação de qualidade para os camponeses.

No entanto, como somos sabedores da nossa realidade educacional, nota-se que a educação nem sempre foi oferecida dispondo de todos esses recursos previstos pelo Decreto nº 7.352 (BRASIL, 2010). Brasil a fora, esse tem sido um dos motivos que levam os pais de alunos a optar pela escola da zona urbana. Devido a essa precarização que atinge não só a infraestrutura mas também a própria formação dos professores que infelizmente ainda é muito deficiente, percebe-se que são vários fatores que contribuem para essa precarização da educação no meio rural brasileiro. Por mais que se tenha ganhado espaço e certa notoriedade nos últimos anos, ainda temos muito que avançar no que diz respeito a essa política pública e ao próprio fortalecimento da Educação do Campo.

Essa discussão sobre a educação para os povos do campo nos remete ao nosso objeto de estudo, a saga da Escola Municipal São Sebastião. Por volta do ano de 1984, a comunidade Ribeirão Grande II já possuía uma escola de primeiras letras cujo propósito era alfabetizar todos os moradores, tanto adultos quanto jovens e crianças. Atualmente, alguns estão formados, outros concluindo sua graduação, outros sem formação, mas todos moradores desta localidade iniciaram seus primeiros estudos nesta instituição cursando todas as séries que a escola oferecia e, logo depois, tiveram que ir para a zona urbana concluir seus estudos.

O prédio da Escola Municipal São Sebastião do povoado Pedro Isaias, durante sua funcionalidade, serviu à população por 28 anos, mas em um local inapropriado conforme relatamos anteriormente. Apesar deste motivo, a escola tinha vantagens: a) ela possuía duas salas de aula e funcionava nos turnos matutino e vespertino; b) a quantidade de alunos era suficiente para a escola funcionar em dois turnos; e c) o número de professores também era satisfatório para atender os alunos em turmas multisseriadas.

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

Já à época de transferência da escola para a comunidade Chapadinha em 2012, apesar de ter sido construído um novo prédio com infraestrutura melhor, surgiram algumas desvantagens para a comunidade, pois a escola passou a dispor de apenas uma sala de aula, o que foi insuficiente para atender a demanda do número de alunos da comunidade. Com isso, iniciou-se a precarização do ensino na comunidade, pois a Secretaria Municipal de Educação de Tocantinópolis tampouco estava preocupada em construir um prédio amplo com objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para a população da comunidade Ribeirão Grande II. Depreende-se que a gestão do município estava preocupada apenas em mudar o prédio escolar de uma localidade para outra alegando a necessidade de legalizar o prédio da escola e melhorar a segurança e o lazer das crianças.

Para compreendermos como esta unidade de ensino funcionava (aspecto pedagógico) e como se deu todo o processo o qual levou à desativação desta instituição, realizamos entrevistas com ex-diretores, ex-professores, ex-alunos e responsáveis (pais) para obtermos informações a fim de explorarmos e debatermos os fatos.

Para tanto, as primeiras perguntas dirigidas aos mesmos foram: Em sua opinião, o que vocês acham de seus filhos estudarem na escola da cidade? Mesmo tendo uma escola no campo, mas a mesma está desativada, caso essa escola fosse aberta vocês matriculariam seus filhos nesta escola? Sim ou não? Justifique sua resposta. Seguem algumas respostas:

Responsável C: *penso assim: se caso a escola fosse toda estruturada no aspecto dos quadros de professores, havendo organização com o ensino para valer a pena. [...] Eu passei a colocar eles para estudarem na cidade porque eu e meu esposo não gostei do ensinamento da escola São Sebastião, pois o meu filho mais velho não teve desenvolvimento nenhum, só que nós deixamos ele nessa escola estudar as séries tudinho mesmo não sabendo de nada até o 4º ano. Aí depois que colocamos para a cidade.*

Responsável D: *[...] Se a escola da Chapadinha fosse ativada eu matricularia meu filho novamente porque fica mais fácil da gente ficar acompanhando. E já na cidade tem as horas da gente ir por causa do “coletivo” que passa só um horário o deslocamento que é difícil e não pode ir todos os dias e ainda fica mais difícil porque a gente não tem bicicleta, moto e nem carro. Aí fica difícil de ir lá na escola da cidade.*

Muitos desses pais não matriculariam seus filhos na escola aqui focalizada e outros pais já matriculariam. Os que falaram que não matriculariam destacaram que a escola não tinha um ensino de qualidade e que seus filhos tiveram muita dificuldade em acompanhar os

outros alunos quando foram transferidos para a escola da cidade. Curiosamente, o único motivo citado pelos pais que disseram que matriculariam seus filhos na escola da comunidade é a distância, porque fica mais fácil acompanhar seus filhos em suas atividades e em seus aprendizados em uma escola da comunidade do que em uma escola da cidade, ainda que o ensino da escola da comunidade não seja de boa qualidade.

A Escola Municipal São Sebastião proporcionava um ensino em turmas multisseriadas e, para sabermos melhor como esta organização de ensino funcionava, foram dirigidas algumas perguntas aos professores que lecionavam nesta escola, como:

A Escola Municipal São Sebastião funcionava com salas multisseriadas? Como você se sentia sendo professor(a) de uma turma multisseriada? Os entrevistados responderam o seguinte:

Professora A: *Sim. Não era fácil, pois demandava um esforço dobrado devido aos níveis de idade e maturidade de cada criança, então “sobrecarregar” é a palavra.*

Professora C: *No início tive um pouco de dificuldades, depois fui me adaptando com essa realidade de turma multisseriada.*

Professor F: *Na verdade, só tinha uma sala na época para atender essa clientela (multisseriada). Nossa, gostei bastante, foi uma das experiências e desafio que aprendi bastante.*

Em seguida, considerando os desafios para o docente na sala multisseriada, perguntamos: Como você conseguia organizar as suas atividades de ensino?

Professor A: *Organizava de acordo com o desenvolvimento de cada criança e não por série, pois tinha crianças que estavam em uma série avançada e não tinha as habilidades necessárias e outras que estavam em uma série menor que já tinha conhecimento e habilidades satisfatórios, procura dividir a rotina em três momentos: 1º atividade específica para determinados alunos; no 2º atividade para o outro grupo; e, no 3º, elaborava atividades em que todos pudessem compartilhar e aprender juntos.*

Professor B: *Trabalhava com uma metodologia fazendo com que todos os alunos possam trabalhar com as mesmas atividades, costumava trabalhar dividindo os alunos em grupos pequenos para que pudessemos focalizar a aprendizagem específica e através de produções de textos individuais, por exemplo: trabalho de leitura e escrita.*

Também arguímos os professores: Você acha que esse modelo de turmas juntas dava para suprir a aprendizagem de cada aluno?

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

Professor A: Apesar dos esforços, acredito que boa parte dos meus alunos conseguiram se desenvolver bem, pelo menos no básico que foi a alfabetização.

Professor C: E melhor era o trabalho de campo. Nós fazia o croqui do aluno até a escola e da escola até o aluno. Nas aulas de campo os alunos se desenvolviam mais rápido devido levar eles para conhecer a cultura da terra apresentando as frutas nativas da localidade, exemplo: goiaba, laranja e assim o aluno além de aprender a escrever o nome conhecia a fruta. Eu sempre trabalhava com aulas práticas e teóricas.

Como mostram esses excertos das entrevistas, o que deixava os professores com um pouco de dificuldade era o fato de normalmente as turmas serem multisseriadas, ou seja, na mesma sala e sob a responsabilidade de um único professor, funcionavam turmas com mais de uma série e com alunos de idades bastante variadas.

O maior desafio citado pelos professores era organizar as turmas de forma que eles dessem conta de trabalhar os conteúdos e habilidades que cada aluno precisava desenvolver. Era um trabalho em dobro, sendo que o professor tinha que planejar, elaborar várias atividades, pensar a didática para trabalhar com duas séries ou em mais de uma sala de aula, tentando fazer com que os estudantes se envolvessem apenas com o conteúdo da série que os mesmos estivessem cursando.

Conforme já enfatizamos, para o fechamento de uma escola do campo, é necessário observar o disposto na Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, a qual estabelece critérios para o fechamento, como bem explica o trecho abaixo:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014).

Dessa forma, para fechar uma escola do campo (rural), indígena ou quilombola, será necessária a autorização do órgão normativo do respectivo sistema (Conselho municipal ou estadual de educação), a depender da rede a qual pertence a escola a ser fechada, e se o município conta ou não com lei de instituição de sistema próprio.

Considerando o fechamento da escola pesquisada, necessitamos entender qual era a concepção dos ex-professores e ex-diretores em relação às vantagens, desvantagens,

perdas e ganhos no momento em que se desativa uma escola do campo. Para tanto, direcionamos aos mesmos a seguinte pergunta:

Na sua concepção, quais são as vantagens e as desvantagens de os alunos do campo estudar na escola da zona urbana? Seguem duas das respostas:

Diretora A: *Eu acredito que só existem desvantagens, pois dificilmente os alunos que residem na zona rural irão ouvir falar de suas culturas na escola urbana. E outra, mesmo tendo o transporte escolar mas os mesmos saem de casa muito cedo e passam horas percorrendo na cidade para chegar a sua escola, muitas das vezes chegam atrasados e já cansados desse trajeto.*

Diretora C: *As desvantagens é que o aluno do campo ao ir estudar na zona urbana, ele deixa de fazer essa correlação entre o contexto escolar e a sua vivência do seu espaço cotidiano, afastando-o do seu “mundo”, ou seja, diminuindo assim, o elo existente entre o aluno e o ambiente natural onde vive, o campo. As vantagens é que, nas escolas da zona urbana, os alunos do campo estariam em contato com uma outra realidade, com um maior acesso a informações e acesso à internet. Ou seja, estariam mais próximos do mundo moderno.*

As ex-diretoras citam muito mais desvantagens do que vantagens. Mas uma das vantagens citadas certamente beneficia bastante os alunos, que é a estrutura “mais avançada”, com essa estrutura os alunos têm a oportunidade de ter acesso a informações (internet, por exemplo) que na zona rural talvez não tivessem.

Já as maiores vantagens de se ter uma escola na comunidade local (camponesa), segundo as diretoras, é que dessa forma sua cultura não será perdida, as crianças menores não ficariam de fora da escola por ser longe, teria pouca evasão e as crianças conviveriam com pessoas que elas conhecem, facilitando assim todo o processo formativo.

Os alunos que antes estudavam na Escola Municipal São Sebastião e que atualmente estudam na zona urbana, hoje criticam a infraestrutura da escola do campo e a qualidade do ensino no campo. Na verdade, isso é consequência das ações do município que precarizaram a unidade escolar da comunidade, construindo apenas uma sala de aula para acolher dezenas de alunos de diferentes séries em um único turno.

Com relação a isso, ao observar esses ex-alunos como atuais alunos de escolas da zona urbana, foi realizada uma entrevista com os mesmos com a seguinte pergunta:

Na sua opinião, quando você estudava na Escola São Sebastião o ensino era o mesmo da escola que você estuda atualmente? Seguem duas respostas dos alunos:

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

Aluno A: Quando eu estudei nessa escola da comunidade eu não aprendia, era nada, só ia era para brincar mesmo, banhar no ribeirão, e aí eu acho o ensino melhor o da cidade porque tem aula de computação, outras coisas melhores para aprender, têm muita gente diferente, tenho um monte de amigos lá, tem quadra de jogar bola. Muita coisa boa mesmo.

Aluno C: O Ensino era totalmente diferente como na escola que estudo atualmente, pois na época que estudava na escola da comunidade dava para perceber que os professores não se preocupavam com aprendizagem dos alunos, de mudar a maneira de ensinar procurando outra forma, e já hoje na cidade vejo que eu aprendi muito, me desenvolvi melhor. Então, não tem comparação igual.

A maioria dos ex-alunos entrevistados disse que prefere estudar na cidade, porque o ensino de lá é “mais avançado” do que o da comunidade e lá as escolas possuem professores melhores. Alguns citam o que consideram “descaso” dos professores com relação ao aprendizado dos alunos, alegando que alguns dos professores da comunidade não se preocupavam se eles aprendiam ou não e que, às vezes, certos professores eram bastante ignorantes e não queriam responder as perguntas que eles faziam na sala de aula. Portanto, esse é um dos motivos que os levam a preferir estudar na escola da cidade.

Como base nas falas do Aluno A e do Aluno C, podemos perceber o quanto a Educação no Campo sempre foi desvalorizada, pois para diminuir os gastos as secretarias de educação dos municípios colocam pessoas desqualificadas que, em alguns casos, não têm compromisso de construir um espaço formativo valorizado para que seu trabalho seja reconhecido pela escola e o seu público. Os próprios alunos desqualificam a escola existente em sua comunidade devido esta não dispor de infraestrutura apropriada capaz de oferecer boas condições para melhorar a qualidade da formação, pois os mesmos acham que o ensino melhor é “[...] o da cidade porque tem aula de computação, outras coisas melhores para aprender, têm muita gente diferente [...], tem quadra de jogar bola. Muita coisa boa mesmo” (Aluno A).

Nossa pesquisa identificou que, na realidade, o principal motivo que ocasionou a desativação do novo prédio da Escola Municipal São Sebastião (que fica localizado no povoado Chapadinha) foi a forma que o ensino estava sendo ofertado nesta instituição, pois em uma única sala estudavam alunos do Jardim I e II, 1º ano ao 5º ano. Logo, a gestão municipal foi responsável diretamente por essa situação de funcionamento da unidade escolar, ocasionando assim a precarização do ensino ofertado. Com isso, muitos pais ao

acompanharem o processo formativo de seus filhos e não vendo desenvolvimento na aprendizagem, decidiram transferi-los para estudar em escolas localizadas na zona urbana de Tocantinópolis, como corrobora o Responsável A em sua fala:

Responsável A: *Essa escola foi fechada por falta de aluno e os pais resolveram matricular seus filhos para estudarem na cidade. Como a escola funcionava com turmas multisseriadas do Jardim I e II e alunos do 1º ao 5º ano com essas turmas tudo juntas em uma única sala, funcionando em um único período, os pais diziam que bagunçava muito a mente dessas crianças e não aprendia nada.*

Como mostra esse excerto, os próprios pais (responsáveis) viram a precarização da escola existente em sua comunidade (mesmo que agora tal unidade escolar tivesse novas instalações), pois perceberam a falta de compromisso da Secretaria Municipal de Educação em proporcionar um ensino de qualidade, colocando também algumas pessoas desqualificadas que não almejavam fazer a diferença como professor na vida educacional dos alunos. Com isso, os pais começaram a acreditar que o ensino melhor vem da cidade, que lá, sim, há professores qualificados e competentes e só assim os seus filhos terão melhor desempenho em todas as atividades escolares e melhores oportunidades no futuro.

Além disso, um dos participantes da pesquisa menciona em sua entrevista que o fechamento desta escola veio não só por decisões dos pais, mas que a Secretaria de Educação do município percebeu o momento em que os pais estavam decidindo transferir seus filhos para a zona urbana e chegou-se à conclusão de que a unidade escolar não tinha condições mínimas de funcionar com uma única sala de aula, com crianças e níveis de conhecimento diferentes em uma única sala. Contudo, a gestão municipal não fez qualquer ação, como ampliar o número de salas de aula, para que a escola não fechasse as portas. Acerca disso, seguem dois depoimentos:

Diretora A: *Venho dizer que o motivo do fechamento desta escola foi justamente a Secretaria de Educação do município com alguns pais de alunos decidiram mudar a metade desses meninos para a escola da cidade. Na época a Secretaria de Educação decidiu que a escola não tinha condição de funcionar com as crianças que estavam cursando o 1º ano e 5º ano tudo em uma sala, levando esses alunos maiores para estudar na cidade.*

Secretária A: *E a estrutura que funciona na escola no campo e com turmas multisseriadas, por motivo de ser muito pequeno e geralmente as escolas das zonas rurais e 12 a 20 crianças estudando no máximo. Mas tentamos segurar o máximo que pode, esses alunos para estudar na escola do campo, principalmente a Educação infantil I e II porque eram crianças, que também corre o risco de trazerem para estudar na zona urbana. Pois alguns pais venho*

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

até mim perguntar se se era melhor matricular seus filhos para estudar na escola da cidade. Nós aqui não temos o direito de falar para os pais que eles têm que matricular seus filhos na escola da comunidade e nem na cidade, a matrícula é um direito dos pais, eles sabem o que é melhor para seus filhos. Então a escola foi desativada por esse motivo.

Apesar de as escolas do campo funcionarem com turmas multisseriadas, as mesmas devem ser organizadas pedagogicamente com períodos diferentes e divisão das crianças em turmas e que disponham de professores suficientes para atender a demanda dos alunos, algo que a Escola Municipal São Sebastião não proporcionava.

Com o fechamento dessa escola, a rotina dos alunos da comunidade pesquisada se tornou muito cansativa e longa, pois eles precisam acordar bem cedo para começarem a se arrumar e, além disso, chegam muito tarde em casa. Entretanto, a maioria dos ex-alunos entrevistados falou que gostava de pegar o ônibus para ir estudar na cidade, pois assim eles também passeavam e é menos cansativo andar de ônibus do que andar a pé; antes, quando o ensino era na zona rural, alguns se deslocavam de ônibus enquanto outros iam de bicicleta ou a pé.

Podemos perceber que, apesar das dificuldades diárias enfrentadas, essas crianças se sentem bem, pois têm acesso à educação, ainda que não seja fácil a jornada que enfrentam diariamente e a escola esteja distante da realidade social local em termos de currículo, cultura, entre outros aspectos. Portanto, durante levantamento a pesquisa revelou há um elevado número de alunos residentes na comunidade que estuda nas escolas situadas na cidade. Em 2018, o número de estudantes que moravam na comunidade Ribeirão Grande II e entorno e que estudavam na zona urbana de Tocantinópolis totalizou 78, sendo que os mesmos têm que se deslocar diariamente a 15 km de ônibus até a cidade em busca de formação. Desse total, 28 alunos têm idades entre 4 e 10 anos e estão matriculados do Jardim I ao 4º ano do Ensino Fundamental (CRUZ, 2018).

Considerações finais

O problema de pesquisa deste artigo que objetivamos responder traz duas inquiuições em relação ao(s) motivo(s) da transferência de alunos da Escola Municipal São Sebastião para outra unidade escolar, ocasionando o seu fechamento posteriormente. Com base nos resultados obtidos durante a pesquisa de campo e as análises, percebemos que os

principais motivos que motivaram a transferência do prédio da escola do povoado Pedro Isaias para o povoado Chapadinha foi devido à instituição de ensino estar edificada em local inapropriado, sem condições adequadas para o seu funcionamento, já que essa unidade de ensino atendia crianças com idades entre 5 a 12 anos e o local era de risco. Além disso, a propriedade onde a unidade escolar estava instalada (no povoado Pedro Isaias) era privada, ou seja, o município não possuía qualquer documento legal do imóvel. Com todos esses problemas, a Secretaria de Educação alegou que a escola não tinha condições necessárias para continuar seu funcionamento no referido local.

Portanto, com esse processo de transferência de um prédio para o outro a construção das novas instalações iniciou na localidade povoado Chapadinha em 05 de julho de 2012, tendo o seu término em janeiro de 2013, cujo prédio passou a ser patrimônio local da comunidade, mas apenas substituiu o antigo (do povoado Pedro Isaias). No entanto, após dois anos de funcionamento houve o fechamento do novo prédio, ocorrido em 2015.

Os motivos que ocasionaram este fechamento estão ligados à forma que a unidade de ensino estava organizada/estruturada, tanto no aspecto estrutural quanto pedagógico, pois além da escola funcionar com turmas multisseriadas, o novo prédio escolar só disponibilizava de apenas uma sala de aula na qual eram atendidos alunos de Jardim I e II, e de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em um único turno (matutino), sendo apenas uma professora lotada na referida sala de aula. Os ex-alunos relataram em suas entrevistas que com essas turmas juntas, de séries diferentes, as aulas eram desagradáveis e pouco proveitosas, pois não aprendiam nada, virando “[...] uma bagunça dentro da sala de aula” (Aluno A). A professora, às vezes, não tinha condições de atender todos os alunos da turma no momento de suas dúvidas em relação aos conteúdos. Isso comprometia a realização de atividades e a aprendizagem dos estudantes. Em função dos problemas elencados, os pais (responsáveis) vão em busca de melhores condições de ensino e de mais qualidade para a formação de seus filhos, transferindo-os para estudarem em escolas da zona urbana.

Como podemos observar, esses fatos escancaram a desvalorização por que passa a educação ofertada aos povos do campo no Brasil. Considerando a constitucionalidade do direito de acesso à educação pelos camponeses, esta pesquisa traz à tona as ações do poder público envolvendo a única escola da comunidade e, conseqüentemente, gerando uma precarização do ensino nesta localidade, logo após a construção do novo prédio escolar que

Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins

dispunha de apenas uma sala de aula para atender muitos alunos de níveis diferentes, com quantidade de funcionários insuficiente para atender os alunos, e com seu funcionamento em um único turno. Isso demonstra o desrespeito do poder público para com a Educação do Campo e os camponeses.

Com o fechamento da escola local, a comunidade perde não só certas referências. As famílias precisam submeter as crianças menores de idade ao transporte escolar, às vezes, em veículos precários. Os estudantes passam a enfrentar longas viagens de ida e volta até a escola da cidade, o que exige acordar mais cedo e só voltam mais tarde para casa, ocasionando na perda parcial do convívio familiar e abandono da cultura rural (LIMA; SILVA, 2015). Evidentemente, tal afastamento gera mudança de valores e de costumes dos alunos.

Portanto, mediante essas constatações, reiteramos aqui a importância da reabertura da Escola Municipal São Sebastião e que a Secretaria de Educação do município de Tocantinópolis-TO possa oferecer à comunidade uma escola com infraestrutura adequada e uma educação de qualidade, que é de fundamental importância para as pessoas que ali residem, pois não se trata apenas de um povoado, mas de uma comunidade camponesa formada por sete povoados que necessitam da escola.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Escola: terra de direito. In: AUTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão M. (Orgs.). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 9-14.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/resolucao-cne-ceb-1-de-3-de-abril-de-2002.pdf/view>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. 2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>. Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. 2014.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm>

Acesso em: 6 abr. 2018.

CRUZ, Yonara Laize Rocha. **Precarização da educação e fechamento de uma escola do campo em um município do Bico do Papagaio, Tocantins.** 2018. 86f. Monografia (Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes e Música) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantinópolis, 2018.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar J.; CERIOLE, Paulo R.; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002. p.18-25.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.) **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CARDOSO FILHO, Ilário Dias; SILVA, Cícero da. Reflexões sobre a Educação do Campo: revisitando a história do Brasil. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 67-83, set./dez. 2017.

COSTA, Maria Lemos; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. Da Educação Rural à Educação do Campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 177-203, jul./dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Manoel Messias Antônio de; SILVA, Cícero da. Educação do Campo: o descompasso entre a legislação e a realidade educacional para as comunidades camponesas. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras, v. 5, n. 11, p. 241-254, 2015.

NURMBERG, Maricélia Aparecida; CASTANHA, André Paulo. Memória educacional no município de Enéas Marques-PR: décadas de (1960-1990) – Das escolas rurais à nuclearização. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 1, p. 30-56, jul./dez. 2017.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. História da Educação do Campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. In: COELHO, George Leonardo Seabra; ARAÚJO, Gilberto Paulino de (Orgs.). **Educação do Campo e cidadania no Brasil contemporâneo.** Palmas: EDUFT, 2018, v. 1, p. 69-115.

SILVA, Cícero da. Políticas públicas para Educação do Campo e formação de professores. In: ARAÚJO, Gustavo Cunha de; MIRANDA, Cássia Ferreira; RUAS JUNIOR, José Jarbas Pinheiro; SILVA, Mara Pereira da (Orgs.). **Educação do Campo, artes e formação docente – Vol. 2.** Palmas: EDUFT, 2018. p. 51-74.

Notas

ⁱ Esta pesquisa contribui para as atividades científicas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo – Gepec/CNPq.

ⁱⁱ Conforme Santos (2018, p. 87), “O principal objetivo do PRONERA se constitui em favor da democratização da educação para os/as trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais”.

ⁱⁱⁱ Por questões éticas, os nomes de todos os colaboradores desta pesquisa foram substituídos por pseudônimos.

Sobre os autores

Yonara Laize Rocha Cruz

Possui graduação em Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (2018) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Foi bolsista do Programa Institucional de Monitoria (PMI) no curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFT, campus de Tocantinópolis. Atua nos seguintes temas: práticas pedagógicas em Educação do Campo e ensino de Artes.

E-mail: ionaralaize914@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9436-8441>

Cícero da Silva

Doutor e Mestre em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Letras com habilitação em Português-Inglês e respectivas literaturas pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). É Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, atuando no curso de Licenciatura em Educação do Campo: Artes e Música, campus de Tocantinópolis e no Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura, campus de Araguaína. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (Gepec/CNPq), Editor assistente da Revista Brasileira de Educação do Campo e Editor administrativo da Revista EntreLetras. Tem experiência na área de Linguística Aplicada e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de língua portuguesa, gêneros do discurso, material didático, letramento, práticas pedagógicas em Educação do Campo e Pedagogia da Alternância.

E-mail: cicolinas@yahoo.com.br

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6071-6711>

Recebido em: 29/03/2019

Aceito para publicação em: 15/10/2019